

# «Notícias do melhor reino que há no mundo»

## Macau e as relações luso-chinesas no século XVI

*Rui Manuel Loureiro*

ANTES DA CHEGADA DE VASCO DA GAMA A CALECUT, em 1498, a Ásia era um mundo demasiado remoto, quase totalmente ignorado pela cultura portuguesa. O conhecimento da geografia oriental, muito lacunar, baseava-se sobretudo em relatos de viajantes medievais, moldados pela fantasia de sucessivos compiladores. O *Livro das Maravilhas* de Marco Polo contribuíra para a divulgação de vagas notícias a respeito do Cataio, vasto e poderoso império governado pelos khans mongóis, que se situava algures nas partes do Extremo Oriente. A visão europeia dessas regiões exóticas, porém, era vaga e nebulosa, sem contornos precisos, já que a ausência de contactos directos contribuía para a difusão de uma geografia imaginária. O descobrimento do caminho marítimo para Índia irá alterar radicalmente esta situação, pois, de repente, graças às viagens e explorações portuguesas, o mundo oriental ganha uma nova dimensão, impondo-se como um poderoso pólo de atracção, tanto por razões de ordem material como em termos intelectuais. A vivência directa dos mares, das terras e das gentes asiáticas, alargando os horizontes geográficos dos europeus, provocará importantes alterações nos modos de vida, mas também nas formas de conceber o mundo, já que as notícias recolhidas em primeira mão pelos nossos viajantes, renovando o saber tradicional, irão revolucionar a visão portuguesa da Ásia.

Entre muitas outras novidades absolutas, os portugueses recolhem as primeiras informações sobre uma enigmática «terra dos chins», que se situaria nos confins mais remotos do Oriente. Ao correr dos anos, na sequência de sucessivas viagens de exploração e de regulares inquéritos levados a cabo em numerosos portos asiáticos, as notícias disponíveis vão-se acumulando, dando origem à criação de enormes expectativas. A China, com efeito, começa a tomar a forma de um extenso e poderoso reino, produtor de valiosíssimas mercadorias, que suscitam a

O *Livro das Maravilhas* de Marco Polo contribuiu para a divulgação de vagas notícias a respeito do Cataio, vasto e poderoso império governado pelos khans mongóis, que se situava algures nas partes do Extremo Oriente. *Livro das Maravilhas* de Marco Polo, 1307. Bodleian Library, Oxford.

curiosidade e também a cobiça dos viajantes europeus. Os primeiros contactos com gente oriunda desta região são estabelecidos em Malaca, em 1509, e confirmam todos os anseios dos portugueses: os chins, para além de trafica-



rem sedas e porcelanas, revelam enormes parelhas com os próprios europeus, desde a cor alva da pele, ao vestuário e à alimentação, passando pelas elaboradas regras de civilidade. Assim, praticamente desde o primeiro encontro, os chineses apresentam-se como interlocutores privilegiados, enquanto a China se impõe como uma meta prioritária das nossas navegações.

Depois do contacto inaugural com a ilha de Tamão, estabelecido em 1513, os navios portugueses não mais deixariam de demandar o litoral chinês, com uma persistência louvável, decerto proporcional aos enormes benefícios materiais que ali podiam alcançar. Nas décadas imediatas, várias formas de aproximação ao Império do Meio foram sucessivamente experimentadas. Num primeiro momento, os enviados de el-Rei D. Manuel tentaram estabelecer um entreposto fixo na Baía de Cantão, recorrendo ao poderio naval, temperado pela mediação diplomática. Porém, este processo, que havia resultado em outras regiões asiáticas mais ocidentais, mostrou-se totalmente inadequado às circunstâncias locais, conduzindo a um breve período de confrontos. Por um lado, os portugueses cometeram demasiados erros táticos, motivados pelo total desconhecimento das principais características da civilização chinesa. Por outro lado, a China revelou uma invulgar capacidade de resistência à intrusão dos navegadores europeus, recusando qualquer tipo de relacionamento oficial com estes bárbaros estrangeiros.

Perante o fracasso da política régia, os mercadores privados tomaram a iniciativa, criando, ao longo de anos de tráfico semi-legal, uma vasta rede de cumplicidades com as populações ribeirinhas das províncias chinesas meridionais. Onde a intimidação e a utilização da força haviam falhado, a maleabilidade e o compromisso com os poderes locais obtiveram resultados surpreendentes. Depois de minimamente familiarizados com as sutilezas da política

externa chinesa, os portugueses adoptaram um perfil conciliador, que lhes permitiu contornar as proibições imperiais de uma forma discreta, mas com grande eficácia. Assim, durante várias décadas conseguiram manter um proveitoso intercâmbio com determinadas zonas costeiras do Fujian e do Zhejiang.

Embora as relações com os portos chineses fossem maioritariamente efectuadas por tratantes e aventureiros agindo por conta própria, o Estado da Índia, sobretudo através da capitania de Malaca, cedo procurou chamar a si uma fatia significativa dos negócios da China. Aliás, os funcionários régios raramente conseguiram separar de uma forma clara os interesses da Coroa das suas próprias conveniências, mostrando-se bastante permeáveis às atracções do mundo mercantil. A segunda aproximação ao mundo chinês, assim, mais pragmática e mais produtiva, fora fruto de uma informal aliança entre capitães, fidalgos e chatins, proporcionando ao projecto mercantil um moderado sucesso, depois do total fracasso do projecto estatal.

O descobrimento do Japão, em 1542 ou 1543, veio introduzir um factor de dinamização no tráfico com a China, que se tinha até então desenvolvido paulatinamente, de uma forma camuflada, decerto, mas com segurança e com continuidade. Constrangimentos de vária ordem, sobretudo climáticos e geográficos, exigiam agora a existência de uma base segura em algum ponto do litoral chinês, a partir da qual os nossos navegantes pudessem rumar alternadamente ao porto de Malaca e ao arquipélago nipónico. Cerca de uma década depois da primeira viagem documentada a Tanegashima, as embarcações lusitanas obtinham autorização dos mandarins de Cantão para ancorarem na ilha de Sanchoão, e logo depois em Lampacau.

O primeiro acordo luso-chinês, informalmente celebrado por Leonel de Sousa em 1554,

previa a realização de feiras anuais, que teriam lugar nas ilhas do estuário do rio da Pérola. Ao longo das décadas anteriores, a situação interna na província de Guangdong tinha sofrido alterações importantes, que impunham a necessidade da abertura do porto da Cantão ao comércio exterior. Outros factores, porém, contribuíram para a regularização das relações com os folangji, como os nossos eram apelidados. Os portugueses, através de uma longa vivência da realidade marítima chinesa, haviam sabido adaptar o seu comportamento aos exigentes padrões do Império do Meio. Agora, apresentavam-se como pacíficos mercadores, que apenas pretendiam traficar com as populações costeiras, depois de regularizados os respectivos direitos alfandegários. Simultaneamente, os nossos homens tinham-se conseguido destacar de outros grupos de intrusos que rondavam o litoral chinês – os irrequietos bandos de piratas wokou –, através de uma atitude de conivência com os mandarins locais e de uma utilização muito criteriosa do terrível poderio militar de que dispunham.

Em 1557, menos de três anos depois do primeiro acordo, a base de negócios fora transferida para a península de Macau, onde se iria manter a partir de então. Tinha chegado a idade do *compromisso*, tanto para os portugueses como para os chineses. A manutenção de uma base lusitana em território do Celeste Império deve ser entendida, sem dúvida, como uma conquista dos nossos mercadores e aventureiros, que conseguiram adquirir um estatuto de parceiros credíveis face às autoridades da vizinha metrópole de Cantão. Todavia, Macau é também uma invulgar concessão dos mandarins cantoneses, que, numa atitude perfeitamente inédita, consentiam o estabelecimento de uma povoação de estrangeiros no interior das fronteiras imperiais. Em 1564, um curioso incidente viria a contribuir para a consolidação da incipiente povoação lusa. Nesse ano,

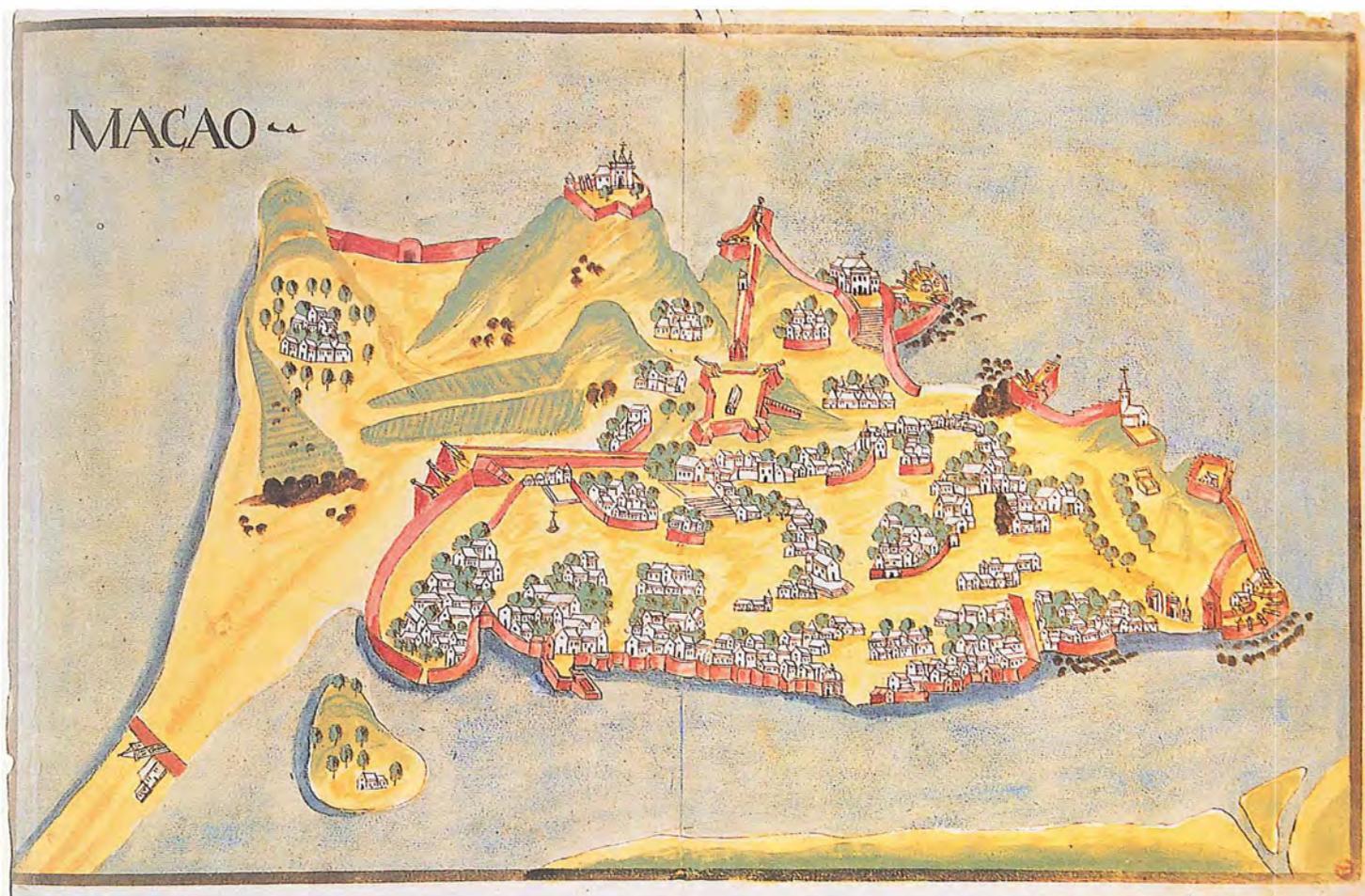
Mandarins chineses numa gravura do *Itinerário* de Jan Huygen van Linschoten, Amsterdão, 1595. Sociedade de Geografia, Lisboa. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cíntra.



uma armada chinesa que regressava de uma campanha de pacificação no litoral do Fujian revoltou-se contra as autoridades de Cantão, aparentemente por questões salariais, colocando a grande metrópole em sérias dificuldades. Os mandarins provinciais, em desespero de causa, e numa atitude sem precedentes, resolveram solicitar o apoio militar dos estrangeiros de Macau, os quais, fazendo uso das suas imponentes capacidades bélicas, rapidamente regularizaram a situação. A disponibilidade revelada pelos portugueses, assim como a eficácia demonstrada no «episódio dos piratas», terão contribuído sobremaneira para reforçar os informais direitos anteriormente conseguidos pelos nossos na península macaense.

Macau, para além de entreposto mercantil, passou também a ser uma base estratégica para

os padres da Companhia de Jesus, que tinham a seu cargo a missão de vastas áreas do Extremo Oriente. Os Jesuítas, desde a morte do Pe. Francisco Xavier na ilha de Sanchoão, em 1552, tinham demonstrado um inusitado interesse pelas «coisas da China», e apareciam mesmo como portadores de um projecto próprio, distinto nos seus métodos e objectivos das aproximações estatais e mercantis. Os padres jesuítas, no seu afã evangélico, haviam mesmo patrocinado várias embaixadas portuguesas a Cantão, todas fracassadas, infelizmente. Por ocasião dessas empresas, as tentativas de conquista espiritual da China, protagonizadas pelos Inacianos, tinham sido subalternizadas a interesses mais imediatos, que consideravam os padres um potencial obstáculo ao bom andamento dos negócios.



Todavia, depois dos primeiros falhanços, também a Companhia haveria de aprender as suas lições, optando por uma forma de aproximação mais moderada, que tomava em devida conta os condicionalismos impostos pela civilização chinesa. Assim, o Pe. Alessandro Valignano, visitador nas partes do Oriente, delineou uma estratégia mais adaptada às realidades locais, e em 1580 já sugeria ser «*coisa mui acertada que alguns dos nossos aprendessem a língua mandarim*», adiantando na mesma carta que dois dos padres estaciona-

dos em Macau já se estavam a dedicar a tal tarefa, ao mesmo tempo que se familiarizavam com os costumes chineses. A nova atitude obteria resultados positivos a curto prazo, pois em 1583 já os padres jesuítas residentes na povoação conseguiam autorização do tutão provincial para se estabelecerem em Zhaoqing, importante cidade do Guangdong. De repente, o sonho do Pe. Francisco Xavier tornava-se realidade, e as portas do Celeste Império pareciam abrir-se de par em par à missão católica.

Macau na *Descrição da Fortaleza de Sofala e das mais da Índia*, de António de Mariz Carneiro, 1639. Biblioteca Nacional, Lisboa.

Os contactos com a «terra dos chins», facilitando a obtenção de informações de carácter geográfico e antropológico, dariam inevitavelmente lugar a uma proliferação de relatos escritos, que pretendiam divulgar realidades anteriormente ignoradas. Assim, mercadores e aventureiros, soldados e funcionários régios, e também missionários de variadas denominações, todos contribuíram, na medida das respectivas possibilidades, para um melhor conhecimento do mundo sínico. O processo foi idêntico ao que se desenvolveu em outras regiões asiáticas. Os nossos observadores começaram por prestar atenção aos dados de carácter mais utilitário, ligados às condições políticas e militares, assim como ao mundo da mercancia. Depois de preenchidos os vazios informativos mais urgentes, os viajantes ampliariam a sua grelha de questões, procurando obter informes mais detalhados sobre usos e costumes, e também sobre crenças e práticas religiosas, de modo a formarem uma imagem global mais rigorosa do Império do Meio.

As informações consignadas em cartas e relatórios manuscritos circularam de uma forma ampla, sendo regularmente aproveitadas por cronistas e por literatos, que, a seu modo, deram consistência à imagem que se ia esboçando. A China, descoberta pelos navegadores lusitanos nos primeiros anos do século XVI, foi-se impondo aos olhos dos nossos observadores como um dos mais poderosos reinos asiáticos, merecedor da maior admiração e do mais profundo interesse, não só pela sua enorme extensão e pela sua incrível riqueza, mas também pela forma eficiente como conseguira resolver os principais problemas materiais que afectavam qualquer sociedade policiada. Por volta de 1583, qualquer leitor português interessado teria à sua disposição um vasto conjunto de textos, tanto manuscritos como impressos – de entre os quais se destacava o *Tratado das cousas de China* de

Fr. Gaspar da Cruz –, que transmitiam uma imagem extraordinariamente detalhada dos mais variados aspectos da civilização sínica.

O conjunto de notícias recolhidas no Oriente sobre as «coisas da China» caracteriza-se, regra geral, por um tom francamente apologético. A realidade chinesa é encarada de uma forma admirativa em extremo, que não encontra paralelo em qualquer outro reino asiático frequentado pelos nossos homens. A China aparece aos olhos dos portugueses como uma verdadeira sociedade modelo, pelo impecável funcionamento da administração e do governo, pela rigorosa imparcialidade da justiça, pela abundância em todo o género de mercadorias, pela elaborada organização das actividades produtivas, pela benevolência e a caridade das instituições estatais, pelo apurado ordenamento urbano, e até pela enorme severidade dos castigos aplicados aos infractores. Curiosamente, apesar de vários observadores portugueses terem chamado a atenção para traços menos positivos da realidade sínica, tais como a corrupção que grassava entre alguns mandarins de grau inferior, a brutalidade dos castigos aplicados aos criminosos, ou a excessiva autoridade de que gozavam os magistrados, os elogios são praticamente generalizados.

A visão positiva da China foi lentamente formulada, ao longo da primeira metade do século XVI, por viajantes lusitanos com experiência asiática, alguns dos quais haviam visitado os portos chineses, como Tomé Pires, Cristóvão Vieira ou Galiote Pereira. Expressa em cartas e relatórios manuscritos, essa imagem rapidamente chegou ao Reino, sendo, logo de seguida, retomada e amplificada em todas as grandes obras da «cultura da expansão» preparadas na segunda metade de Quinhentos. Das *Décadas da Ásia* de João de Barros à *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel* de Damião de Góis, passando pelos *Comentários* de Afonso Brás de Albuquer-

que, pelo *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão e tantos outros, as «coisas chinesas» foram motivo de um autêntico coro de louvores, que, ao mesmo tempo que davam a conhecer o Celeste Império ao público português, o impunham como o único reino asiático capaz de rivalizar seriamente com a Europa em expansão.

Por volta de 1583, os portugueses estavam firmemente implantados no litoral da China, graças à cumplicidade de certos funcionários locais, mas também com o aval tácito do poder central, já que o imperador Wan Li recebera repetidos memoriais da província de Guangdong a respeito dos folangji. O nosso estabelecimento, segundo parece, adquirira já um estatuto de relativa autonomia perante o governo cantonês, pois o *Livro das Cidades e Fortalezas*, preparado no ano anterior, declarava que ali existia «uma povoação grande de portugueses», onde residiam a título permanente «passante de dois mil vizinhos». De acordo com o anónimo autor, «posto que a terra seja d'el-Rei da China», os estrangeiros regiam-se «pelas leis e ordenações deste Reino de Portugal». Aliás, ainda nesse ano de 1583, os cidadãos macaenses formalizavam a sua relativa independência, elegendo um «governo de câmara e ministros dela», como logo escreveria Filipe II de Espanha (e I de Portugal), que poucos anos mais tarde o reconhecia formalmente. Este organismo municipal haveria de reger os destinos da povoação até à nomeação do primeiro capitão-geral, já bem entrado o século XVII.

As relações mercantis com Cantão passavam certamente pela liquidação dos respectivos direitos alfandegários. Mas um relatório coevo refere também que os nossos pagavam «cada ano quinhentos taéis de prata de tributo», em troca da autorização de residência. Tratava-se certamente do célebre «foro do chão», que está devidamente atestado desde 1584, pelo menos. O mesmo relatório, que fora preparado por um feitor espanhol



Morte de S. Francisco Xavier na Ilha de Sanchoão. Pintura a óleo de André Reinoso, 1619. Museu de S. Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

de visita a Macau, sublinhava que, nas suas visitas à grande metrópole vizinha, os portugueses se sujeitavam às maiores humilhações em prol do bom andamento do tráfico. Assim, durante as audiências com os mandarins negociavam «de joelhos», sendo por vezes obrigados a «*estar seis horas, assim, ao sol, descapuçados*».

Os habitantes de Macau, praticamente desde a fundação do entreposto, tiveram uma consciência muita nítida da precaridade da sua posição, que só se perpetuaria graças à boa vontade dos seus poderosos vizinhos. No fim de contas, a cidade não era auto-suficiente, e tinha de importar todos os bens de primeira necessidade das localidades circundantes. Qualquer embargo posto em prática pelos mandarins chineses colocaria imediatamente em risco a permanência dos portugueses na Baía de Cantão. É provável que os macaenses, como escrevia em 1584 o governador das Filipinas, com evidente aze-

dume, pagassem «*vilmente aos chins mil imposições*», estando-lhes «*sujeitos como negros*». Porém, esta atitude de subserviência era essencial à manutenção do estatuto de extra-territorialidade que Macau havia adquirido, e que lhe permitiria, em anos seguintes, prosperar à sombra do tráfico com o Japão, com as Filipinas e com muitos outros destinos extremo-orientais.

O encontro dos portugueses com o Império do Meio, no século XVI, parece ter assumido as características de uma irresistível atracção, tanto do ponto de vista mercantil como no mais vasto aspecto cultural. Após os frutuozos contactos iniciais, os nossos mercadores e aventureiros, de uma forma quase compulsiva, não mais deixaram de demandar os portos sînicos, ultrapassando com persistência todos os obstáculos conjunturais, até finalmente disporem de um entreposto sólido na Baía de Cantão, complementado pela aquisição, diante do funcionalismo imperial, de um estatuto de total credibilidade. O porto de Macau, à sombra das vastas oportunidades negociais oferecidas pela sua localização estratégica na geografia do Extremo Oriente, cresceu rápida e vertiginosamente, transformando-se em escassos anos num dos mais importantes entrepostos da Ásia marítima. A «Cidade do Nome de Deus» haveria de funcionar igualmente como uma base missionária de primeiro plano, essencial nas ligações com o Japão, é certo, mas sobretudo como ponto de abordagem à China, onde os missionários jesuítas descobriam com espanto uma civilização que atribuía um respeito desmesurado aos homens «de letras e saber», como adiantava um padre jesuíta em 1565. Complementarmente, a povoação lusitanizada passou a ser um posto de observação privilegiado, a partir do qual os portugueses se debruçaram mais demoradamente sobre as «coisas da China», que, desde a primeira visita à ilha de Tamão, muitos anos antes, nunca haviam deixado de os fascinar.

Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China, Frei Gaspar da Cruz, Évora, 1569. Biblioteca Nacional, Lisboa.

